

Pensar Palestina, pensar Brasil: imperialismo, colonialismo e militarização

KELVIN ARAÚJO DA NÓBREGA DIAS

FILIFE REIS MELO

RESUMO: Este artigo consiste num estudo de caso que analisa intersecções entre o contexto brasileiro e o palestino. O recorte temporal é de 2022-2023 a fim de cobrir acontecimentos recentes. Entre as principais conclusões, ressaltamos que o povo palestino e a população favelada do Rio de Janeiro vivenciam contextos semelhantes de ocupação, militarização e agressão policial, marcados pela impunidade e pela violência estatal.



PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Imperialismo. Israel-Palestina. Militarização. Colonialismo.

Think Palestine, think Brazil: imperialism, colonialism and militarization

KELVIN ARAÚJO DA NÓBREGA DIAS

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bacharel em Relações Internacionais pela UEPB.
E-mail: kelvinkand@gmail.com

FILIFE REIS MELO

Doutor em Ciência Política pela Universidad de Deusto (Espanha). Professor Associado da graduação e do programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pesquisador do Mídia e Opinião Pública nas Relações Internacionais (MOPRI) e do Centro de Estudos Avançados em Políticas Públicas e Governança (CEAPPG).
E-mail: filipe.reis@servidor.uepb.edu.br

ABSTRACT: This article consists of a case study that analyzes intersections between the Brazilian and Palestinian contexts. The time frame is 2022-2023 to cover recent events. Among the main conclusions, we highlight that the Palestinian people and the favela population of Rio de Janeiro experience similar contexts of occupation, militarization, and police aggression, marked by impunity and state violence.

KEYWORDS: Brazil. Imperialism. Israel-Palestine. Militarization. Colonialism.

DATA DE ENVIO: 31/01/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 15/03/2024

1 Introdução

As violências que acometem as populações moradoras de favelas no Rio de Janeiro, no Brasil, e da Palestina partilham de elementos comuns? Pretende-se averiguar se esses elementos comuns existem, se podem ser identificados e quais são eles, em caso de que existam. O que nos guia nesta investigação são dados relativos à violência sofrida por esses dois grupos: os palestinos submetidos a uma ocupação militar estrangeira e os moradores de favelas do Rio de Janeiro, submetidos à violência policial.

O Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) publicou dados relativos ao período de 2007 a 2022 (GENI, 2023). Nesse período, foram registradas 19.198 operações policiais em favelas do Rio de Janeiro. Desse total, 629 foram descritas como “chacinas”, que provocaram a morte de 2.554 pessoas. Conforme noticiado pela Al Jazeera (HUGHES, 2023), “moradores das áreas mais pobres do Brasil” afirmam que enxergam seus desafios espelhados no tratamento de Israel em relação à Faixa de Gaza. Na favela do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, há uma viela que foi apelidada pelos moradores como “Faixa de Gaza”, devido aos tiroteios frequentes na região. Neste contexto, este trabalho pauta o genocídio do povo palestino, assim como das populações preta, parda e indígena (PPI) brasileiras.

Compreende-se que, além do Estado brasileiro, a nação israelense tem participação indireta nas mortes de pessoas moradoras em favelas do Rio de Janeiro. Isso porque ambos os Estados, Brasil e Israel, aplicam e compartilham técnicas, negociações, bem como utilizam aparatos bélicos vendidos por Israel (METZ, 1993; MARTINS, 2017; HALPER, 2021). O Brasil importa equipamento militar e de segurança israelense. De acordo com Hever (2018), em 2010, o Brasil era o nono maior comprador desse tipo de equipamento exportado por Israel. A renovação armamentista da Polícia Militar e do Exército brasileiro está relacionada às Forças Armadas israelenses (VALENTE, 2020; G1, 2015; MENDONÇA, 2023). Em outras palavras, as armas israelenses ceifam vidas tanto no Brasil quanto na Palestina.

Bolsonaro e Netanyahu (ex-presidente do Brasil e primeiro-ministro de Israel, respectivamente) assinaram, em 2019, acordos de

cooperação em diversas áreas, entre elas a militar (EBC, 2019). Ainda, em 2017, diversos grupos de pressão como movimentos sociais, ativistas, pesquisadores e organizações de direitos humanos construíram a campanha “Caveirão Não! Favelas Pela Vida e Contra as Operações” (MARINHO, 2017). Essa movimentação defende o embargo militar a Israel. Trata-se de um alinhamento político à campanha internacional de solidariedade reivindicada pela luta palestina, o Movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS).

Este artigo é um estudo de caso acerca das violências cometidas pelos Estados brasileiro e israelense. A delimitação temporal é de 2022 a 2023, a fim de cobrir os acontecimentos mais recentes. Portanto, o objetivo é analisar as conexões entre as violências sofridas pelo povo palestino e pelos moradores de favelas do Rio de Janeiro, em sua maioria, negros e pobres, populações em diáspora.

2 A questão palestina é uma luta anticolonial

Há décadas o Estado israelense faz do povo palestino um laboratório da militarização e da morte. De acordo com o antropólogo Halper (2021), a presença de Israel pode ser notada em vários países, em termos de treinamento, exportação de armas, unidades de operação e prisões. Tanto em Jerusalém quanto no Rio de Janeiro, os palestinos e as populações das favelas, respectivamente, foram empurrados para enclaves segregados e altamente securitizados. Isso deu origem a uma forma de apartheid, justificado por discursos e por ações de segurança, de modernização e de pacificação enraizados nas estruturas racistas e coloniais (CLARNO, 2017; HUBERMAN; NASSER, 2019).

Quadro 1: Número de palestinos assassinados por forças israelenses (militares ou colonos)

Ano	Número de assassinados
2008	899
2009	1.066
2010	95
2011	124
2012	260
2013	39
2014	2.329
2015	174
2016	109
2017	77
2018	300
2019	138
2020	30
2021	349
2022	191
2023 ¹	551

Fonte: Elaboração própria a partir de OCHA (2024a).

O Quadro 1 traz os números de palestinos assassinados por forças israelenses entre 2008 e 2023, até o dia 6 de outubro de 2023. Vale salientar que o número de mortos referentes a 2023, que não inclui os assassinatos a partir do dia 7 de outubro de 2023, é o maior desde 2015. Em 2014, Israel bombardeou Gaza e por isso aquele ano apresenta mais de duas mil pessoas mortas.

As origens da problemática em questão remetem à criação do Estado de Israel em 1948, como uma resposta à perseguição antisemita na Europa. Entretanto, essa medida gerou outros conflitos que perduram até o momento atual: a desterritorialização de milhares de palestinos e o surgimento do conflito árabe-israelense (SAID, 2012; MASALHA, 2012). Trata-se do projeto sionista que é intrinsecamente colonial, uma vez que funda um Estado em uma terra já povoada, a Palestina (DE MORAES, 2009; PAPPÉ, 2022), e é motivado pela lógica da eliminação da população nativa (WOLFE, 2006).

¹ Dados até 6 de outubro de 2023.

Aliás, chamar de conflito é inadequado, já que esta palavra exprime a ideia de que há partes que se opõem, a exemplo de um Estado contra outro Estado; um bando contra outro bando etc. No caso da Palestina, trata-se de colonialismo no sentido clássico. As forças são desproporcionais, pois a Autoridade Palestina não possui exército, nem força aérea ou marinha, nem armas pesadas e nem equipamentos militares (MADHOUN, 2006; MAKDISI, 2010; PAPPÉ, 2022); diferentemente de Israel que, além de seus próprios recursos, possui um apoio contínuo dos EUA (MEARSHEIMER; WALT, 2006).

Deste modo, o Estado de Israel é descrito como um regime de apartheid² (SHAKIR, 2021; AMNESTY INTERNATIONAL, 2022), caracterizado pelo colonialismo e pela ocupação militar, por leis discriminatórias que vedam certos direitos aos palestinos, como o direito de mobilidade e o direito de escolha do local de moradia, entre vários outros. As leis do Estado de Israel discriminam a população palestina. Israel mantém cercas, muros e *checkpoints*³ espalhados pelos territórios palestinos ocupados. O Estado sionista segrega e oprime o povo palestino a partir de motivações supremacistas étnico-raciais que beneficiam os israelenses e cria duas classes de pessoas: uma com mais direitos do que a outra. É importante observar também as políticas de assentamento como método de colonização, cujo objetivo do colono consiste em romper os laços entre uma comunidade nativa e sua terra, constituindo uma negação do direito à autodeterminação, um princípio fundamental dos direitos humanos modernos (ONU, 2021). Além disso, Israel administra as fronteiras, o espaço aéreo e o subsolo dos territórios palestinos, o que tolhe a soberania palestina.

A militarização pode ser descrita como um processo histórico e social no qual as instituições militares, representadas pelas Forças Armadas nacionais, desempenham um papel significativo na configuração da vida humana nas sociedades. Isso ocorre

2 Entidades internacionais como a Anistia Internacional (AMNESTY INTERNATIONAL, 2022) e *Human Rights Watch* (SHAKIR, 2021) apontam que Israel pratica uma política de apartheid contra palestinos.

3 Torres de controle nas quais palestinos precisam se apresentar e obter autorização do exército israelense para poder transitar.

tanto por meio de suas ações diretas quanto pela disseminação de percepções positivas sobre os militares e sobre o ambiente militar. Já o militarismo envolve a promoção da imagem das Forças Armadas como uma instituição positiva, que serve como um modelo a ser seguido por outras e que, de certa forma, deve ser incorporado como um “estilo de vida”. No contexto brasileiro, o efeito do militarismo foi notável, resultando nas Forças Armadas como a instituição em que os brasileiros depositaram a maior confiança em 2017 (LUTZ, 2007; GUSTERSON; BESTEMAN, 2019; BILENKY, 2017; ROCHA, 2023).

Hall (2006) faz considerações acerca de identidade cultural e de diáspora. O conceito de povos em diáspora se refere às populações que passam pela racialização em relação à hegemonia da raça branca, por ela subjugadas, conquistadas e/ou colonizadas. Nota-se que o termo diáspora era bastante utilizado de início para se referir à desterritorialização e à opressão sofrida pelo povo judeu, o que levou à criação do Estado de Israel (HALL, 2006; SAID, 2012). Ironicamente, a nação israelense inverteu a lógica de oprimido para ocupar o lugar de opressor. Em relação a isso, Freire (2005) fala sobre o medo da liberdade que ocorre quando o oprimido está demasiadamente imerso em sua condição de opressão; o reconhecimento dessa situação leva a uma aderência ao opressor ao invés de superá-la. Em outras palavras, na falta de uma educação libertadora, o oprimido busca tornar-se opressor.

Esta análise se apoia nos documentos *Pulling the trigger is the first resort - Palestinians killed by Israeli army and settlers in 2022* (EURO-MED HUMAN RIGHTS MONITOR, 2023) e *Chacinas Policiais no Rio de Janeiro: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade* (GENI, 2023). Outros materiais como notícias, notas e campanhas relacionadas à temática de ações policiais contra populações brasileiras e palestinas também são inspecionados para dar corpo ao argumento.

Na contemporaneidade, as sequências de eventos deixam claro que um genocídio está em curso, principalmente após os acontecimentos a partir do dia 7 de outubro de 2023. Estima-se que mais de 15 mil vidas palestinas foram ceifadas pelo Estado israelense de outubro a dezembro (OCHA, 2023; WHO, 2023; UNRWA, 2023;

PRCS, 2023). O Ocidente tem testemunhado e sido conivente com essa situação, como denunciou o estadunidense Craig Mokhiber (2023), ex-diretor do escritório de Nova York do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos (ACNUDH), que renunciou a seu cargo no dia 28 de outubro de 2023.

Diante disso, é pertinente salientar a perspectiva de Lênin (2021) sobre o imperialismo ser um estágio do capitalismo tardio e não de um Estado específico. Isto faz sentido uma vez que o poder político de Israel é sustentado, em certa medida, pelos Estados Unidos, por meio do lobby israelense que influencia tanto o Congresso quanto o Executivo estadunidense (MEARSHEIMER; WALT, 2006). Portanto, faz-se necessário pontuar que o imperialismo é característico do sistema internacional capitalista.

Assim, este trabalho reforça um posicionamento alinhado com os movimentos sociais existentes, como a articulação internacional Julho Negro (MARTINS, 2023), que combate a militarização, o racismo e o apartheid no Sul Global⁴. A iniciativa, surgida em 2016 no Rio de Janeiro, é composta por movimentos de mães e familiares de vítimas da violência estatal, bem como por movimentos negros das favelas e das periferias. As pessoas que moram nas favelas, assim como o povo palestino, são vítimas de estereótipos racistas e de massacres. Em contraposição ao que a grande mídia tenta imputar no entendimento da população geral, é necessário desvincular a criminalidade dos moradores de favelas, bem como desassociar o terrorismo do povo palestino. Posto isso, de acordo com alguns estudos (MARTINS, 2017; DESAI; SYKES, 2019; HUBERMAN; NASSER, 2019), é possível apontar que a violência estatal que atravessa a Palestina e as favelas cariocas se caracteriza por uma política racista e de dominação de terras.

Este assunto precisa ser mais discutido, pois quando vem à tona, no contexto brasileiro, geralmente trata de casos da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, os dados mais alarmantes, em termos de genocídio da juventude negra e periférica, estão

⁴ Sul Global é um termo utilizado nos estudos pós-coloniais para se referir a países que não são considerados desenvolvidos e que enfrentam as consequências do colonialismo.

atrelados ao Nordeste, especificamente à polícia do Estado da Bahia que, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), é a mais letal do país. Essa situação de visibilidade com prejuízo ao Nordeste reflete assimetrias regionais de poder, características da formação do Estado brasileiro, conforme explicado por Galeano (2000). Sugere-se que outros estudos nesse viés sejam feitos, especialmente por meio de entrevistas e de pesquisa de campo.

3 Brasil e Palestina: conexões sistemáticas, lutas internacionalizadas

Historicamente, a posição diplomática do Brasil é de apoio à causa palestina. A defesa brasileira em relação à autodeterminação do povo palestino é marcada pelo reconhecimento do Estado da Palestina com as fronteiras anteriores a Guerra dos Seis Dias de 1967, quando Israel ocupou territórios árabes com o intuito de anexação (FÁVERO; PINHEIRO, 2016). Lembramos que antes da Guerra dos Seis Dias, Israel não ocupava nem a Faixa de Gaza, nem a Cisjordânia, nem Jerusalém Leste, nem as Colinas de Golã (território Sírio). Até àquela altura, os palestinos administravam 22% da Palestina histórica. Após a Guerra dos Seis Dias, Israel passou a ocupar e a colonizar toda a Palestina. As fronteiras de 1967 estão amparadas pelo Direito Internacional, baseada na Resolução 242 de 1967, aprovada por unanimidade pela ONU. Esta resolução insta Israel a retroceder às fronteiras de antes da Guerra dos Seis Dias. Israel nunca cumpriu esta resolução. Esse posicionamento brasileiro ocorre antes mesmo da Palestina ser admitida como um Estado observador não membro da ONU em 2012 (ONU, 2012).

A amizade entre as nações Brasil e Palestina, do ponto de vista diplomático, é evidente. Contudo, destrinchar os paralelos sistêmicos que afligem parte do povo brasileiro e da população palestina exige discussões mais profundas acerca da natureza do sistema de Estados e do capitalismo. De acordo com Bull, Watson (1984) e Kayaoglu (2010), a sociedade internacional westfaliana é caracterizada pela formação de Estados modernos separados. O Estado-nação tem como alguns de seus pilares essenciais:

território, fronteiras, soberania, diplomacia e legitimidade. Este modelo societário se consolidou na Europa. Assim, a colonização europeia expandiu este quadro a nível mundial, e, posteriormente, estabeleceu o capitalismo como economia global.

A respeito dessa relação entre Estado moderno e colonialismo, Fanon (2022) parte do pressuposto de que não há um Estado universal e abstrato fundado na garantia do direito moderno. O Estado-nação surge e se mantém através da violência, na relação das colônias e dos colonizados, e sua função é o controle, a expropriação e a punição de vidas matáveis, ao contrário do que os tratados liberais da Paz de Vestfália pregam. Neste sentido, para as democracias liberais, as violações sistemáticas de direitos humanos seriam pontuadas enquanto um período de Estado de exceção, ou seja, uma anormalidade inconstitucional. Entretanto, para Benjamin (1986; 2012) e Agamben (2004; 2007), não se trata de uma situação excepcional e sim uma regra no mundo capitalista. Em outras palavras, a estrutura estatal frequentemente legitima a violência, a arbitrariedade e a suspensão de direitos em prol de sua reprodução, bem como de interesses econômicos e da segurança nacional.

Ainda sobre capitalismo e sistema de Estados, Wallerstein (1996) pontua que com a popularização de valores democráticos, a economia-mundo capitalista foi ameaçada. Então, a resposta das classes dominantes foi construir uma geocultura caracterizada pelo universalismo, racismo e sexismo. Isto significa que, para vias de perpetuar o capitalismo, as opressões precisam continuar existindo para o funcionamento pleno da economia capitalista, uma vez que esse sistema precisa de mão de obra barata e é caracterizado pela busca contínua da maximização do lucro. Esses processos são marcados pela exploração da classe trabalhadora, cuja vulnerabilidade maior é assinalada por marcadores sociais como gênero, raça, território, sexualidade e capacidade física. Então, como violências estruturais (por exemplo: racismo e machismo) não são mais normativa e legalmente toleradas, essas hierarquias de poder precisam continuar a existir e a operar de maneira disfarçada na contemporaneidade.

No cerne da questão econômica, sobressai-se o movimento global de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS). Trata-se de uma iniciativa mundial que promove a adoção de boicotes nas esferas econômica, acadêmica, cultural e política contra o Estado de Israel, visando alcançar os seguintes propósitos: encerrar a ocupação e a colonização dos territórios palestinos, assegurar igualdade de direitos para os cidadãos árabes de Israel e respeitar o direito de retorno dos refugiados palestinos. No epicentro dessa resistência está o Comitê Nacional Palestino do BDS (BNC), a maior coalizão da sociedade palestina. O BNC lidera um movimento global que ganha força ao promover ações coordenadas com o objetivo de combater as práticas discriminatórias e a cumplicidade de empresas em violações aos direitos humanos na Palestina. O boicote estratégico e organizado é apresentado como uma arma poderosa para pressionar empresas israelenses e multinacionais cúmplices, destacando que a eficácia dessa estratégia reside na abordagem estruturada. O BDS, além de defender o boicote de produtos, advoga pelo desinvestimento de instituições que financiam a violação dos direitos palestinos. Ao compreender a interconexão econômica, o movimento busca criar pressões significativas sobre os perpetradores do apartheid (BARGHOUTI, 2011; BDS, 2023).

Neste contexto, a presença da nação israelense no treinamento de forças de segurança e no fornecimento de armas pode ser interpretada como parte de um projeto mais amplo que vai além das questões territoriais. O modelo militar israelense de apartheid e colonialismo opera sob a lógica da economia capitalista e, segundo alguns estudiosos, é implementado em diversas partes do mundo, no Rio de Janeiro e em outras cidades, onde há patrulhas policiais de pacificação em favelas, os agentes operam com conhecimento técnico e com armas israelenses (METZ, 1993; MARTINS, 2017; HALPER, 2015; 2021; ROSENDO; OLIVEIRA, 2022). Dessa forma, a exportação desse modelo militar para países como o Brasil sugere uma influência mais vasta da indústria de segurança israelense, com possíveis implicações para as dinâmicas sociais, políticas e econômicas locais.

Figura 1 – Importação de metralhadoras israelenses pela PM de SP

Ativista quer barrar importação de metralhadoras israelenses pela PM de SP



PUBLICIDADE

Fonte: UOL (VALENTE, 2020).

Figura 2 – Choque recebe blindados israelenses em SP

01/07/2015 19h37 - Atualizado em 01/07/2015 19h55

Choque recebe blindados israelenses no valor de R\$ 30 milhões em SP

Equipamento tem blindagem de nível 4, capaz de segurar tiros de fuzil. Polícia pretende usar veículo em jogos de futebol e combate a incêndios.

Do G1 São Paulo



Fonte: G1 São Paulo (2015).

Figura 3 – Rota (PM paulista) exhibe armas israelenses (Metralhadoras Leves Negev) em aniversário do batalhão



Fonte: Ponte (MENDONÇA, 2023).

A militarização da vida cotidiana é um elemento comum na realidade das populações palestina e PPI brasileira, bem como as armas israelenses são um elemento presente na violência contra esses povos. Israel é um ator em comum nos contextos de violência estatal no Brasil e na Palestina. Neste sentido, Luxemburgo (2019) foi visionária ao apontar, em 1900, o militarismo como uma tendência capitalista e instrumento de dominação da burguesia, ao constatar que a guerra foi um instrumento crucial para o desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Rosendo e Oliveira (2022), no território palestino ocupado, direitos básicos são negados, tais como liberdade de expressão e acesso à água e à comida.

De modo similar, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) atuam nas favelas da cidade do Rio de Janeiro por meio de ocupação militar, com o intuito de “pacificar” a região. Isto, na prática, mostrou-se como uma forma de oprimir populações marginalizadas, contribuindo para o extermínio da juventude PPI. Isso constitui caso de limpeza étnica, prática higienista também disseminada por Israel em relação ao povo árabe palestino (DE MORAES, 2009; MARINHO, 2017; MARTINS, 2017; GONÇALVES, 2018; DESAI; SYKES, 2019; HUBERMAN; NASSER, 2019), pois as situações em

voga são caracterizadas pelo genocídio, pela perseguição e pela remoção ou pelo deslocamento de grupos étnicos/culturais de uma determinada área geográfica.

Um relatório de pesquisa sobre chacinas policiais no Rio de Janeiro (GENI, 2023) aponta para o caráter estatal das mortes e que há impunidade nessas mortes provocadas pela polícia. O documento diz que, em 2022, 80,4% das chacinas e 87% das mortes em chacinas foram executadas por policiais. Ainda segundo o relatório, os policiais cometem mais chacinas e assassinatos em eventos desse tipo do que todos os grupos armados somados que atuam na região. Estas operações são feitas sob o pretexto de pacificação e combate à criminalidade, mas os dados mostram que os danos causados pelo Estado são mais nefastos do que os cometidos pelo crime organizado, de modo que as forças policiais/estatais acabam por reforçar os problemas que se propõem a combater.

O que sustenta a legitimidade das dinâmicas opressivas estatais, nas favelas do Rio de Janeiro e na Palestina, do ponto de vista da opinião pública, são mecanismos complexos de crença, ideologia e discurso, pois a população geral é induzida a acreditar que a função da polícia e de suas operações é de combater o crime e garantir a segurança pública, mas se os dados já mostram há alguns anos que isto além de não resolver, piora os problemas que já existem, então é pertinente pontuar que instituições como a polícia possuem uma função real destoante de seu papel oficial. O argumento acerca do discurso enquanto disfarce é discutido por Foucault (1996; 2013) sobre o papel das prisões. Como explicado anteriormente, Fanon (2022) traz a reflexão de que o Estado tem seu surgimento num contexto colonial, portanto, sua existência se perpetua por meio da violência, tendo ela como verdadeira finalidade e não a proteção e garantia de direitos das pessoas como se comumente acredita. No Brasil, o pretexto usado é o de combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, enquanto em relação à Palestina, o discurso utilizado é o de combate ao terrorismo, impulsionando o orientalismo (SAID, 2007), visão racista e caricaturizada do que seria o mundo árabe no pensamento ocidental.

No Brasil, é possível observar o modelo de militarização sendo empregado, a exemplo das operações policiais executadas por

meio da política de “Guerra às Drogas”. O combate ao tráfico e ao uso de drogas é outro pretexto comum utilizado para justificar operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro, assim como o de pacificação e enfrentamento ao crime organizado. A guerra às drogas (NIXON, 1971) é uma política estadunidense, importada pelo Brasil (COSTA; MENDES, 2019). Seu surgimento remete a 1971, quando o então presidente Richard Nixon fez um discurso imputando no imaginário da população a criação de um inimigo comum, neste caso as drogas. Essa lógica de criar um adversário a ser combatido é corriqueira. Tem sua continuidade manifestada de outras formas como o combate ao terrorismo, a “Guerra ao Terror” (BUSH, 2006) liderada por George W. Bush (2001-2009), outro ex-presidente estadunidense. Em ambos os casos, são políticas que geram muitas mortes e são sustentadas no racismo, ora numa discriminação anti-negra (LUSANE; DESMOND, 1991; WESTHOFF, 2013; CUMMINGS; RAMIREZ, 2022), ora numa anti-árabe (BHATTACHARYYA, 2008; STEUTER; WILLS, 2008). Esses projetos quando são exportados para o resto do mundo, causam danos incalculáveis, principalmente nas populações marcadas por raça, como o povo árabe, o palestino e a população PPI brasileira.

A mídia é outro elemento fundamental para entender conflitos internacionais e a relação do capitalismo com o imperialismo, tendo em vista que se trata de uma indústria movida pelo lucro e pelos interesses político-ideológicos das classes dominantes. As propensões econômicas dos proprietários afetam o conteúdo e o viés ideológico das notícias. No Brasil, os meios de comunicação não são democratizados (AZEVEDO, 2006; BARBOSA; SIMÕES, 2017; AMARAL; MACHADO, 2018), de modo que grande parte da cobertura de conflitos e de guerras internacionais por jornais nacionais, são apenas reproduções, totais ou parciais, de agências de notícias estrangeiras ou de jornais hegemônicos ocidentais. A maior parte das notícias circuladas são baseadas principalmente em três fontes que dominam o mercado global de informações: a Associated Press (EUA), Agence France-Presse (França) e Reuters (Reino Unido) (BOYD-BARRETT; RANTANEN, 1998). A partir de estudos que proporcionam letramento midiático (THUSSU, 1997; CHOMSKY, 1997; 2013; LOSURDO, 2004; BAGDIKIAN, 2007),

entende-se que com o poder de controlar a informação é possível manipular a opinião pública, criar no imaginário das pessoas estereótipos racistas acerca do povo árabe associando-o ao terrorismo, a armas e a assassinatos, enquanto o povo preto e pobre é associado ao tráfico de drogas e à criminalidade em geral. Assim, governos e Estados conseguem obter legitimação para justificar seus crimes.

Ao analisar a complexidade dos oligopólios da informação, emergem questões cruciais relacionadas à economia, política e segurança nacional, revelando as intrincadas teias que conectam as esferas midiática, militar e industrial. Davis (2017; 2018a; 2018b; 2019; 2022) chama atenção para o complexo industrial-prisional (derivado do complexo industrial-militar), caracterizado por contratos de defesa, das corporações em negociações diretas com o governo federal estadunidense, muitas dessas movimentações sob investigações criminais e com consequências nocivas às populações pobres, desterritorializadas e marcadas por raça. Este complexo está ligado a G4S, empresa multinacional britânica de segurança privada, participante direta da manutenção e reprodução do aparato repressivo e do apartheid na Palestina. A presença de atores de diferentes nacionalidades ocidentais, no processo de violência contra a Palestina, é mais um indicador que fortalece o argumento de que o imperialismo é característico do sistema internacional capitalista, não apenas de um único Estado.

Um relatório sobre palestinos mortos pelo exército e por colonos israelenses em 2022 (EURO-MED HUMAN RIGHTS MONITOR, 2023) registrou o assassinato de 204 palestinos pelas forças do exército israelita. Ainda, informa que houve um aumento nessas mortes em relação aos períodos antecessores, com o número de vítimas na Cisjordânia 82% maior em relação ao ano anterior e aumento de 491% em relação a 2020. O documento relata que as forças israelenses agem a partir de uma vontade sistemática de desprezar o direito à vida.

Ambos os materiais (GENI, 2023; EURO-MED HUMAN RIGHTS MONITOR, 2023) apontam que as autoridades políticas agem para mudar conjunto de leis, decisões, instruções e/ou políticas públicas, de modo que facilitam o assassinato e a opressão de brasileiros vulneráveis e de milhares de palestinos ao longo de anos de

ocupação. No caso da população PPI nas favelas do Rio de Janeiro, pode-se citar o Decreto n. 42.787, de 06/01/2011, que criou as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Esses estudos apontam observações semelhantes. O relatório sobre as mortes palestinas chama atenção para a ausência de responsabilização criminal em relação às forças armadas israelenses, isto atua como facilitador dos assassinatos enquanto *modus operandi* estatal. Similarmente, o documento relativo ao Rio de Janeiro evidencia a impunidade policial enquanto processo de estatização das mortes.

Tanto no contexto das favelas cariocas quanto nos territórios palestinos, a aplicação de força excessiva por parte das autoridades emerge como um elemento central. A incidência acentuada de mortes de palestinos, conforme indicado no relatório (EURO-MED HUMAN RIGHTS MONITOR, 2023), encontra eco nas mega chacinas policiais nas favelas (GENI, 2023), sugerindo um padrão de violência desproporcional. A impunidade e a falta de responsabilização emergem como temas recorrentes. No Rio de Janeiro, a ocorrência de mega chacinas muitas vezes ocorre com endosso explícito do poder executivo estadual, enquanto nos territórios palestinos, a falta de responsabilização e as modificações frequentes nas leis para facilitar as ações do exército israelense demonstram um cenário de impunidade sistêmica. Ambos os casos refletem a necessidade de um exame crítico das estruturas jurídicas e de prestação de contas.

A direção do uso da força também se assemelha nos dois cenários. A atuação policial no Rio de Janeiro, sob o pretexto de enfrentamento a grupos armados, é percebida como um impulsor da violência, enquanto a política de tiro aberto do exército israelense revela um objetivo de causar danos e mortes, indicando um padrão de ações indiscriminadas que afetam a população civil. Nas favelas, a incidência significativa de mortes de civis não envolvidos em confrontos reflete uma realidade alarmante, enquanto nos territórios palestinos, a documentação de mortes de crianças e mulheres constata o custo humano considerável dessas ações estatais (GENI, 2023; EURO-MED HUMAN RIGHTS MONITOR, 2023). A compreensão dessas conexões e similaridades é fundamental para a formulação de estratégias eficazes que

visem à promoção da justiça restaurativa e ao respeito pelos direitos fundamentais em ambas as localidades afetadas.

Sobre sadismo e violência, outro indicador de que as mortes causadas pelo Estado não são meros acidentes é que soldados israelenses já foram flagrados usando roupas ou acessórios zombando de palestinos, com mensagens de teor misógino (ABDULHADI, 2019), a citar camisetas com os dizeres “Quanto menores eles são, mais difícil é”, mostrando uma criança em uma mira de rifle; outra vestimenta retrata uma mulher grávida e o slogan “1 Shot 2 Kills”, referindo-se às mortes da mulher e de seu feto, como algo proveitoso e estratégico. Esta argumentação também é corroborada pela publicação no X da conta oficial do Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, no dia 16/10/2023, excluído no mesmo dia (ver imagem abaixo), contendo um teor racista que busca animalizar palestinos classificando-os como selvagens. Na postagem, Netanyahu escreve: “Isto é uma batalha entre crianças da luz e crianças da escuridão, entre humanidade e lei da selva”.

Figura 4 – Tweet do Primeiro-Ministro israelense⁵



Fonte: @IsraeliPM.

5 Acervo próprio, print da postagem excluída do Prime Minister of Israel (@IsraeliPM). “This is a struggle between the children of light and the children of darkness, between humanity and the law of the jungle.” 16/10/2023, 13:07.

Outro acontecimento recente, documentado pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, 2023), aponta que as tropas israelenses ocuparam um edifício, em Gaza, que abrigava famílias civis. Os agentes militares ordenaram que os homens, inclusive pais e filhos, fossem alinhados. Posteriormente, foram executados diante de seus familiares. Além disso, coagiram as mulheres e as crianças a se reunirem num compartimento, onde lançaram uma granada. Tanto no Brasil quanto na Palestina, há extensa violação de direitos humanos e crianças estão entre os mortos pela polícia (MARTINS, 2017; GONÇALVES, 2018; EURO-MED HUMAN RIGHTS MONITOR, 2023). Isto é incongruente com qualquer justificativa de garantia da paz, da segurança ou do combate ao terrorismo. Deste modo, as opressões, militar israelense e policial brasileira, tratam de uma lógica sistêmica e imperialista.

Como apontam Fernandes e Huberman (2023), devemos desnormalizar a existência do Estado de Israel nas Relações Internacionais, uma vez que sua fundação ocorreu por meio da colonização e da guerra. A falta de questionamento das bases coloniais de Israel e de sua normalização internacional, especialmente em relação ao apoio dos Estados Unidos, impedem um futuro pós-colonial na região. A normalização do Estado colonial cria um paradoxo, pois um Estado colonial não pode descolonizar a si mesmo. Além disso, a abordagem estatal convencional, especialmente a ideia de uma solução de dois Estados, limita a discussão sobre a Questão Palestina aos moldes estatais, ignorando alternativas mais criativas e justas. Há uma aceitação generalizada desses modelos simplistas por diversos governos e inclusive pelo campo progressista, projetos que se concentram em questões territoriais e em regras, em vez de abordar a descolonização real, como a restituição de terras palestinas e a conciliação dos refugiados.

A África do Sul moveu um processo contra Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ), acusando-o de genocídio contra o povo palestino (ICJ, 2023). No dia 26/01/2024, a CIJ se pronunciou sobre este caso e, entre as principais conclusões, estão: 1) Israel deve garantir que seus militares não cometam genocídio contra a

população palestina; 2) Israel deve castigar todas as pessoas que promovam publicamente o genocídio contra os palestinos; 3) Israel deve tomar medidas imediatas para solucionar as condições de vida adversas na Faixa de Gaza; 4) Israel deve preservar as provas das ações que possam ser consideradas práticas de genocídio; e, 5) Israel deve entregar à CIJ, dentro de um mês, um relatório com todas as medidas tomadas para cumprir as ordens da CIJ. O fato de que a CIJ não tenha ordenado um cessar-fogo imediato, faz desta corte também conivente com o genocídio contra o povo palestino.

4 Considerações Finais

Este artigo buscou identificar os elementos que são comuns às situações de opressão enfrentadas pela população palestina nos territórios ocupados por Israel (Jerusalém Leste, Cisjordânia e Faixa de Gaza) e pela população das favelas do Rio de Janeiro. O recorte temporal é de 2022-2023. Neste sentido, o professor palestino Said (2011) pontua que os problemas intrínsecos do capitalismo tardio revelam que a rápida ocupação do espaço público, por meio da militarização e da cultura imperialista, é o que estabelece a colonização como a principal prerrogativa militarista do Estado moderno.

A análise da opressão militar sobre os territórios palestinos ocupados e da opressão policial sobre as favelas cariocas mostra que tanto na Palestina quanto no Brasil, o cotidiano militarizado é uma realidade. A impunidade (ou a falta de responsabilização criminal) em relação aos agentes militares e policiais configuram a matança enquanto um problema sistêmico. Os documentos analisados (GENI, 2023; EURO-MED HUMAN RIGHTS MONITOR, 2023) proporcionam o entendimento de que há uma naturalização e uma permissividade em relação às mortes dessas populações, uma vez que corpos não-brancos do Sul Global não geram comoção mundial. A eliminação dessas populações configura limpeza étnica, pois elas são obrigadas a se deslocar de uma região ou são expulsas de seus territórios, são assassinadas e, não raramente, os ataques apresentam aspectos racistas que estimulam o apagamento étnico-cultural.

Um caminho promissor de atuação no combate a esta opressão é o fortalecimento do movimento *Boycott, Divestment and Sanctions* (BDS), que promove o embargo militar internacional a Israel e a articulação dos movimentos sociais de base brasileiros com movimentos de libertação da Palestina, assim como o fortalecimento do manifesto “Caveirão Não! Favelas Pela Vida e Contra as Operações”.

Enquanto esta pesquisa estava em curso, tendo sido iniciada em agosto de 2023, a situação na Palestina, e principalmente na Faixa de Gaza, piorou drasticamente. No período entre 7 de outubro de 2023 a 30 de janeiro de 2024, foram assassinados 26.751 cidadãos palestinos (OCHA, 2024b). Desse total, 75% crianças (pouco mais de 11.000), mulheres (cerca de 7.500) e idosos (HAMAS ONLINE ENGLISH, 2024). Ressalta-se que o Ocidente tem testemunhado e, de certa forma, sido cúmplice dessa tragédia, conforme destacado por Craig Mokhiber (2023), ex-diretor do escritório de Nova York do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos (ACNUDH), que renunciou ao cargo em protesto. A intensificação da violência no conflito tem sido marcada por ataques israelenses a hospitais, escolas e abrigos de refugiados em Gaza, além da explosão de bairros residenciais inteiros, resultando em ferimentos e mortes entre os civis mais vulneráveis, especialmente mulheres e crianças. Uma grave crise humanitária se desenrola. Tanto organizações humanitárias internacionais quanto aqueles diretamente afetados pelo conflito relatam escassez de água, de alimentos, de medicamentos, de energia, de internet e de combustível.

Assim, de acordo com a teoria fanoniana (FANON, 2022), a real função do Estado seria a de dominar, oprimir e matar vidas descartáveis quando for conveniente para sua reprodução e manutenção, ou seja, manter sua lógica colonial. Deste modo, seria ilusório esperar que as soluções partam da mesma estrutura responsável pela opressão e dominação de povos subalternizados, de modo que as soluções estatais mais comumente apresentadas à questão Palestina trata de um modelo de solução a partir da criação de dois Estados, normalizando as bases coloniais de fundação do Estado israelense. Isto direciona para a necessidade de superar o Sistema de Estados enquanto norma internacional, devido ao seu caráter

colonial e, portanto, intrinsecamente violento. A comunidade internacional precisa pensar meios e pautar a construção de uma nova sociedade, na qual o princípio da autodeterminação dos povos seja um valor factível da realidade material e não mero discurso.

Em conformidade com Fernandes e Huberman (2023), ações mais radicais e solidárias são necessárias, indo além de declarações simbólicas, para frear a expansão colonial de Israel e interromper sua normalização nas relações internacionais. É preciso que a sociedade civil cobre de seus governos e representantes políticos o rompimento de relações diplomáticas com qualquer Estado colonizador, principalmente o rompimento dos acordos de cooperação militar. O Sul Global emerge como um ponto de referência axial para essa solidariedade radical, contrapondo-se à aliança de Israel com o Ocidente e com elites coloniais. Nações que conseguiram superar sistemas coloniais e de apartheid, como é evidenciado pela Irlanda e pela África do Sul, têm expressado uma notável solidariedade em relação aos palestinos. Contribuir para a descolonização da Palestina implica, assim, contribuir para a descolonização de todos os Estados coloniais ao redor do mundo.

Nesse contexto, devido à natureza sistêmica das opressões, estas encontram suporte num sistema compartilhado: a economia capitalista. É essencial discutir o imperialismo como um sintoma do capitalismo tardio, no qual a guerra se revela lucrativa, contando com a participação de atores de diversas nacionalidades ocidentais no processo de violência contra a Palestina e contra as populações faveladas brasileiras, com o apoio técnico de Israel, especialmente em termos de militarização. A resolução dos problemas estruturais requer questionar a economia capitalista como sistema global. Dessa maneira, tanto a comunidade palestina, quanto a população residente em favelas do Rio de Janeiro enfrentam circunstâncias análogas, caracterizadas pela presença militar e policial. Ambas são marcadas pelo colonialismo, sendo o Brasil afetado pela colonialidade, isto é, por práticas e legados do colonialismo europeu que persistem, enquanto a Palestina sofre uma forma de colonização clássica subjugada pelo regime de apartheid. Em ambos os casos, a violação de direitos humanos é sistêmica e estatal.

REFERÊNCIAS

ABDULHADI, Rabab. Israeli settler colonialism in context: Celebrating (Palestinian) death and normalizing gender and sexual violence. **Feminist Studies**, v. 45, n. 2, p. 541-573, 2019. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.15767/feministstudies.45.2-3.0541>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo Sacer**: O poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AMARAL, Jordana; MACHADO, Deborah. Mídia, monopólio e democracia: um estudo sobre a monopolização da mídia no Brasil e porque isso pode ser uma ameaça à democracia. **Revista Eletrônica Direito e Política**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 633-665, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/13354>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Israel's Apartheid Against Palestinians: Cruel System of Domination and Crime Against Humanity**. London: Amnesty International, 2022. <<https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/5141/2022/en//>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/TzJkgQBnG64hk5QyKCCv5NR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BAGDIKIAN, Ben H. Media monopoly. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**, 2007. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781405165518.wbeosm065>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BARBOSA, J. P.; SIMÕES, P. H. de O. Letramento midiático no ensino de português: a formação da contrapalavra crítica. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 71-91, 2017. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/127663/135263>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BARGHOUTI, Omar. **BDS: Boycott, Divestment, Sanctions: The Global Struggle for Palestinian Rights**. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2011.

BDS. **Atue agora contra essas empresas que lucram com o genocídio do povo palestino!** 2023. Disponível em: <<https://bdsmovement.net/pt/news/atue-agora-contra-essas-empresas-que-lucram-com-o-genoc%C3%ADdio-do-povo-palestino>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: Escritos Escolhidos**. Tradução de Celeste HM Ribeiro de Sousa et al. São Paulo: Cultrix, 1986.

_____. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BHATTACHARYYA, Gargi. Globalizing Racism and Myths of the Other in the 'War on Terror'. In: LENTIN, Ronit. **Thinking Palestine**. London & New York: Zed Books, 2008. p. 46-61.

BILENKY, Thais. Forças Armadas lideram confiança da população; Congresso tem descrédito. **Folha de S. Paulo**, 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895770-forcas-armadas-lideram-confianca-da-populacao-congresso-tem-descredito.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

BOYD-BARRETT, Oliver; RANTANEN, Terhi. **The Globalization of News**. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 1998.

BULL, Hedley; WATSON, Adam. **The Expansion of International Society**. Oxford: University Press, 1984.

BUSH, George W. Global War on Terror. **Vital Speeches of the Day**, v. 72, n. 24, p. 666, 2006. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/35c14063a79dd8b40c03bcd5c6155038/1.pdf?pq-origsite=gscholar&cbl=41532>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

CHOMSKY, Noam. What Makes Mainstream Media Mainstream. **Z magazine**, v. 10, n. 10, p. 17-23, 1997. Disponível em: <https://chomsky.info/199710_/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

_____. **MÍDIA: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2013.

CLARNO, Andy. **Neoliberal Apartheid: Palestine/Israel and South Africa after 1994**. London: The University of Chicago Press, 2017.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kissila Teixeira. The War on Drugs ideology in Brazil. **Argumentum**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 93-106, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/24015>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

CUMMINGS, Andres Douglas Pond; RAMIREZ, Steven A. The Racist Roots of the War on Drugs and the Myth of Equal Protection for People of Color. **UALR Law Review**, v. 44, n. 4, p. 453-490, 2022. Disponível em: <<https://lawrepository.ualr.edu/lawreview/vol44/iss4/1/>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

DAVIS, Angela. **A Democracia da abolição: Para além do Império, das Prisões e da Tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

_____. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018a.

_____. **Estarão as prisões obsoletas?**. Rio de Janeiro: Difel, 2018b.

_____. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O sentido da liberdade: e outros diálogos difíceis**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DE MORAES, João Quartim. As conexões do sionismo com o colonialismo, o fascismo e o racismo. **Tensões Mundiais**, v. 5, n. 9, p. 167-192, 2009. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/673>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

DESAI, Chandni; SYKES, Heather An 'Olympics without Apartheid': Brazilian-Palestinian solidarity against Israeli securitisation. **Race & Class**, v. 60, n. 4, p. 27-45, 2019. <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306396819827234>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

EBC. **Brasil e Israel firmam cinco acordos e um memorando de entendimento**. AGÊNCIA BRASIL. Brasília. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/brasil-e-israel-firmam-cinco-acordos-e-um-memorando-de-entendimento>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

EURO-MED HUMAN RIGHTS MONITOR. **Pulling the trigger is the first resort: Palestinians killed by Israeli army and settlers in 2022**. January 2023. Disponível em: <<https://euromedmonitor.osão/en/article/5523/Pulling-the-trigger-is-the-first-resort:-Palestinians-killed-by-Israeli-army-and-settlers-in-2022>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FÁVERO, Gustavo; PINHEIRO, Lucas. As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, p. 65-91, 2016. <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-89-cadernos_de_politica_exterior_ano_2_numero_3_primeiro_semestre_de_2016>. Acesso em: 21 ago. 2023.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 17. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir**. Edições 70. Lisboa: Leya, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.

G1. **Choque recebe blindados israelenses no valor de R\$ 30 milhões em SP**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://g1.globosom.com/sao-paulo/noticia/2015/07/choque-recebe-blindados-israelenses-no-valor-de-r-30-milhoes-em-sp.html>>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p.

GENI. **Chacinas Policiais no Rio de Janeiro**: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade. Relatório de Pesquisa. GENI/UFF, 2023. Disponível em: <https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2023/05/Relatorio_Chacinas-Policiais_Geni_2023.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

GONÇALVES, Lara Sartório. **Afetos, corpos e territórios: medo e violência na Maré e na Palestina**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/15533>>. Acesso em: 25 out. 2023.

GUSTERSON, Hugh; BESTEMAN, Catherine. Cultures of Militarism An Introduction to Supplement 19. **Current Anthropology**, v. 60, n. S19, p. S3-S14, 2019. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/700648?mobileUi=0>>. Acesso em: 25 out. 2023.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Comunicação & Cultura**, n. 1, p. 21-35, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultura/article/view/10360>>. Acesso em: 25 out. 2023.

HALPER, Jeff. **War Against the People**: Israel, the Palestinians and Global Pacification. London: Pluto, 2015.

_____. **Decolonizing Israel, Liberating Palestine**. London: Pluto Press, 2021.

HAMAS ONLINE ENGLISH. **A daily update for the Israeli ongoing aggression on Gaza** – January 26 Day 112 of the Israeli genocidal war. Telegram, 26 jan. 2024. Disponível em: <<https://web.telegram.org/k/#-2035580302>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

HEVER, Shir. **The privatization of Israeli security**. Londres: Pluto Press, 2018.

HUBERMAN, Bruno; NASSER, Reginaldo Mattar. Pacification, capital accumulation, and resistance in settler colonial cities: The cases of Jerusalem and Rio de Janeiro. **Latin American Perspectives**, v. 46, n. 3, p. 131-148, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X19835523>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

HUBERMAN, Bruno; FERNANDES, Sabrina. Descolonizar futuros palestinos: o papel da comunidade internacional para a resolução justa da Questão Palestina/Israel. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 11, n. 21, p. 15-34, 2023. Disponível em: <<https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/574>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

HUGHES, Eleonore. **In Brazil's favelas, activists find common ground with Palestinians in Gaza**. Al Jazeera. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/11/20/in-brazils-favelas-activists-find-common-ground-with-palestinians-in-gaza>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

ICJ. **Proceedings instituted by South Africa against the State of Israel on 29 December 2023**. 2023. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/case/192>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

KAYAOGLU, Turan. Westphalian Eurocentrism in International Relations Theory. **International Studies Review**, v. 12, n. 2, p. 193-217, 2010. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40730727>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LUSANE, Clarence; DESMOND, Dennis. **Pipe dream blues: Racism and the war on drugs**. Boston, MA: South End Press, 1991.

LUTZ, Catherine. Militarization. **A Companion to the Anthropology of Politics**, p. 318-331, 2007. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470693681.ch20>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Ou Revolução?** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 160 p.

MADHOUN, Husam. **The Palestinian Security Services: Past and Present**. MIFTAH. 2006. Disponível em: <<http://www.miftah.org/Display.cfm?DocId=10400&CategoryId=21>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

MAKDISI, Saree. **Palestine Inside Out: An Everyday Occupation**. New York: WW Norton & Company, 2010.

MARINHO, Gláucia. Lançamento da campanha “Caveirão Não! Favelas Pela Vida e Contra as Operações”. **Justiça Global**. 2017. Disponível em: <<https://www.global.org.br/blog/lançamento-da-campanha-caveirao-nao-favelas-pela-vida-e-contra-as-operacoes/>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MARTINS, Gizele. Da Palestina à Maré: a luta pelo direito à vida. In: PACS. **Militarização do Cotidiano**: um legado olímpico. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Militarizac%C3%A7%C3%A3o-do-Cotidiano-Um-legado-oli%C3%81mpico.pdf/>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

_____. **Julho Negro**: articulação internacional luta contra a militarização, o racismo e o apartheid no sul global. Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2023. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Julho_Negro:_artricula%C3%A7%C3%A3o_internacional_luta_contra_a_militariza%C3%A7%C3%A3o,_o_racismo_e_o_apartheid_no_sul_global>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MASALHA, Nur. **The Palestine Nakba**: Decolonising History, Narrating the Subaltern, Reclaiming Memory. London & New York: Zed Books, 2012.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O Lobby de Israel. **Novos estudos CEBRAP**, p. 43-73, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/FzRjfFLcVr5GSZtWkm6WsML/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

MENDONÇA, Jeniffer. **Em meio a conflito em Gaza, Rota exibe armas israelenses em aniversário do batalhão**. PONTE. 2023. Disponível em: <<https://ponte.org/em-meio-a-conflito-em-gaza-rota-exibe-armas-israelenses-em-aniversario-do-batalhao/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

METZ, Allan. Israeli Military Assistance to Latin America. **Latin American Research Review**, v. 28, n. 2, p. 257-285, 1993. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2503589>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

MOKHIBER, Craig. **Resignation Letter**. HEADQUARTERS. UNITED NATIONS. 28 October 2023. Disponível em: <<https://s3.documentcloud.org/documents/24103463/craig-mokhiber-resignation-letter.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

NIXON, Richard. Special Message to the Congress on Drug Abuse Prevention and Control. **The American Presidency Project**, v. 17, 1971. <<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/special-message-the-congress-drug-abuse-prevention-and-control>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

OCHA. **Hostilities in the Gaza Strip and Israel**. Flash Update #48. 2023. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/hostilities-gaza-strip-and-israel-flash-update-48-enarhe>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

_____. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Data on casualties**. 2024a. Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/data/casualties>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

_____. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Hostilities in the Gaza Strip and Israel**. Flash Update #106. 2024b. Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/content/hostilities-gaza-strip-and-israel-flash-update-106>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

OHCHR. **Unlawful killings in Gaza City** – OHCHR Press Release. UN Human Rights in Occupied Palestinian Territory. 2023. United Nations - The Question of Palestine. Disponível em: <<https://www.un.org/unispal/document/unlawful-killings-in-gaza-city-ohchr-press-release/>>. Acesso em: 2 jan. 2024.

ONU. **Assembleia Geral da ONU concede status de Estado Observador não membro à Palestina**. Nações Unidas Brasil. 2012. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/61166-assembleia-geral-da-onu-concede-status-de-estado-observador-n%C3%A3o-membro-%C3%A0-palestina>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

_____. **Expansão de assentamentos israelenses fere direitos de palestinos**. Nações Unidas Brasil. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/156806-expans%C3%A3o-de-assentamentos-israelenses-fere-direitos-de-palestinos>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PAPPÉ, Ilan. **Dez mitos sobre Israel**. Editora Tabla, 2022.

PRCS. **The Palestine Red Crescent Society Warns of the Humanitarian Crisis in the Gaza Strip**. 2023. Disponível em: <<https://www.palestinercs.org/en/Article/11371/The-Palestine-Red-Crescent-Society-Warns-of-the-Humanitarian-Crisis-in-the-Gaza-Strip>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

PRIME MINISTER OF ISRAEL. **This is a struggle between the children of light and the children of darkness, between humanity and the law of the jungle**. 16 out. 2023, 13:07. X: @IsraeliPM. Indisponível (tweet excluído). Acesso em: 16 out. 2023.

ROCHA, Lia. **Militarização**. Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2023. Disponível em: <<https://wikifavelas.com.br/index.php/Militariza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes. Viver no território ocupado: Entrevista com Baha Hilo e Sandra Guimarães. **DIVERSITATES: International Journal**, v. 13, n. 4, 2022. Disponível em: <<http://www.diversitates.uff.br/index.php/1diversitates-uff1/article/view/428>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

_____. **A questão da Palestina**. Tradução: Sonia Midori. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SHAKIR, Omar. A Threshold Crossed: Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution. **Human Rights Watch**, 2021. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

STEUTER, Erin; WILLS, Deborah. **At War with Metaphor: Media, Propaganda, and Racism in the War on Terror**. Plymouth, UK: Lexington books, 2008.

THUSSU, Daya Kishan. How Media Manipulates Truth about Terrorism. **Economic and Political Weekly**, p. 264-267, 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4405068>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

UNRWA. **UNRWA Situation Report #36 on the situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem** (All information is valid as of 21 November 2023 at 22:30 (local time)). 2023. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/unrwa-situation-report-36-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem-all-information-valid-21-november-2023-2230-local-time-enar->>. Acesso em: 3 dez. 2023.

VALENTE, Rubens. **Ativista quer barrar importação de metralhadoras israelenses pela PM de SP**. UOL. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/09/25/policia-militar-sao-paulo-metralhadora-importacao-israelense.htm#:~:text=Cada%20unidade%20custou%20R%24%2052,de%20material%20b%C3%A9lico%20da%20PM>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-State Structure of The Modern World-System. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory: Positivism and Beyond**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 87-107.

WESTHOFF, Lotte Berendje Rozemarijn. **RONALD REAGAN'S WAR ON DRUGS: A POLICY FAILURE BUT A POLITICAL SUCCESS**. Master thesis. History (MA). Leiden University. 2013. Disponível em: <<https://studenttheses.universiteitleiden.nl/handle/1887/21802>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

WHO. **Occupied Palestinian territory (OPT) Emergency Situation Report Issue 2 (10 October 2023)**. 2023. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/opt-emergency-situation-report-issue-2-10-october-2023>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

WOLFE, Patrick. Settler Colonialism and the Elimination of the Native. **Journal of Genocide Research**, v. 8, n. 4, p. 387-409, 2006. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14623520601056240>>. Acesso em: 3 dez. 2023.